

PSICOLOGIA E DEMANDAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTÁGIO NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS

JUNGES, Mariana Pozzi¹; RAMM, Laís Vargas²; YURGEL, Cynthia Luz³

¹Universidade Federal de Pelotas – maripjunges@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – laisvargasramm@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - cynthiayurgel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No caos do mundo atual, a Psicologia tem, em primeira instância, a necessidade de pensar no vínculo que estabelece com a sociedade, para que possa refletir sobre como tem se feito e agido em prol das demandas sociais emergentes. Fazer a auto-crítica e repensar sobre as contribuições da profissão e as construções teórico-práticas vão responder se a Psicologia tem, de fato, atendido à realidade social do país. Posto isto, este trabalho tem como objetivo apresentar relatos da disciplina de Estágio Básico II do 4º semestre do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, a fim de cartografar os campos e oportunizar a problematização e discussão acerca do espaço da Psicologia nas áreas visitadas. O estágio – de caráter de observação – foi realizado no Programa de Redução de Danos, da Prefeitura Municipal de Pelotas, no período de maio a agosto de 2013.

Com base na história do Redução de Danos, é possível avaliar as conquistas e mudanças que o Programa sofreu durante seu processo de implementação. Na cidade de Pelotas o movimento iniciou seu início em 2001, com a Secretaria de Segurança e Bem-Estar (SMSBE) com dez profissionais que realizaram ações pela cidade junto a usuários de drogas – lícitas e ilícitas -, dando informações e orientações sobre o uso menos danoso das substâncias e, de uma forma mais geral, promovendo a prevenção de DSTs.

Muito embora o objetivo primeiro do Programa tenha sido a diminuição da disseminação do HIV, as ações dos redutores de danos já se tornaram muito mais amplas, acontecendo em diversos ambientes, tais como praças, casas de massagem, “cracolândias”, lugares abandonados, domicílios, cemitério e na própria rua, e operando através de um trabalho de redes. O conceito de redes dos programas de Redução de Danos, que é bem mais ampliado do que se se referisse apenas à rede pública de saúde, envolve todo e qualquer serviço que seja prestado à comunidade, como um rompimento de barreiras. Pode incluir ONGs, grupos de caridade, escolas entre outros. Mas é claro que é no trabalho conjunto com os demais serviços de saúde que a equipe de redutores ganha maior força, sendo importante mencionar que em cada UBS (Unidade básica de saúde) e CAPS (Centro de atenção psicossocial) se procura ter um técnico de referência para que se tenha um contato mais direto a fim de obter informações sobre as demandas da comunidade. Conforme Isabela de Queiroz (2001), a atuação da redução de danos é um conjunto de medidas de saúde pública disposto a minimizar as consequências adversas das drogas, tendo como princípio fundamental o respeito à liberdade de escolha.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de viés cartográfico, na qual o pesquisador cartógrafo está muito mais disposto a construir o objeto do que reconhecê-lo. Como cartógrafo e objeto são constituídos conjuntamente, a cartografia não pretende neutralidade, já que, por considerar sem censura os atravessamentos desta relação (cartógrafo x objeto), é um mapa adaptado da realidade.

Dessa forma, o método cartográfico foi aplicado para descrever e analisar as implicações afloradas durante o acompanhamento das saídas de campo. O Programa de Redução de Danos conta, atualmente, com, mais ou menos, 13 redutores. O grupo trabalha dividido em composições - geralmente formadas por uma dupla - que se espalham pelos diversos bairros da cidade, especialmente os mais carentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de 13 visitas realizadas nos mais variados campos - casas de massagem, cracolândia, periferias, domicílios, etc. -, o que surgiu como importante atravessamento foi pensar em “psicólogo para quê e para quem?”. Para refletir sobre isso há de se destacar que vivemos em um sistema capitalista que se enche de contradições próprias: luxo x miséria, moderno x antigo, acessibilidade x exclusão; tudo isso compondo o mesmo cenário. E é claro que vemos os respingos disso na Psicologia, especialmente quando está a serviço das classes economicamente mais favorecidas. A princípio, o exercício profissional da Psicologia deve ir além da simples aplicação de uma ciência acrítica. Os contextos e instituições que a Psicologia tem legitimado são importantes de serem avaliados. Na Psicologia Sócio-histórica, por exemplo, é feita uma crítica ao modelo tradicional e individualizante da Psicologia, que, ao longo dos anos, foi se moldando conforme o estilo de vida imposto pelo capitalismo, que não (ou pouco) considera a produção das demandas da população de massa e se omite em relação ao contexto sócio-histórico de suas práticas.

São tantas as questões emergentes de discussão - machismo, exclusão social, sistemas de vigilância e docilização dos corpos (Foucault, 1987), drogadição, condições de moradia, racismo - que já corremos contra o tempo antes mesmo de começá-las. O programa de ação da psicologia deve ser feito de maneira específica e geral simultaneamente, com ações efetivas, ou seja, não é só resultado de deixar de fazer algo, mas fruto, também, de começar a se fazer algo novo. É por isso que se torna prioritária a união dos psicólogos aos movimentos sociais e às classes populares, na tentativa de renovar as práticas e o público, repensando e reconstruindo assim, relações e representações sociais com menos opressão e mais justas. Isso não significa, de forma alguma, desmerecer os campos psis que prezam pelas conquistas individuais, afinal elas são também importantes; a crítica é, acima de tudo, para que a Psicologia possa ir além em suas questões, é pela constante reflexão das demandas e práticas. Só assim alcançaremos conquistas importantes, caminhando para uma ciência e profissão que se disponha para uma sociedade melhor. É claro que isso não se obtém se nos limitamos somente à construção de um novo campo para reflexão acadêmica, mas é necessário também que a psicologia como categoria profissional lute

pela construção de espaços de atuação junto à comunidade, através de programas como o de Redução de danos. É necessário, acima de tudo que estejamos dispostos à constante reinvenção do fazer da psicologia.

Para além das afinidades no que diz respeito à busca pelo cumprimento dos direitos humanos, o que é uma forma de transformação social, o fazer da psicologia e dos programas de redução de danos tem também semelhanças metodológicas. Isto porque o aprendizado da escuta sem julgamento, sem desrespeito às diferentes possibilidades de escolha dos sujeitos e também o estabelecimento de vínculos com o público acessado, são matéria prima fundamental não só dos psicólogos nos mais diferentes âmbitos em que atuam, mas também dos redutores de danos.

4. CONCLUSÕES

O Estágio no Programa de Redução de Danos, por óbvio, é uma experiência a se levar, não só no exercício da Psicologia, mas para a vida. Mais que conhecer uma política pública, este estágio nos proporcionou conhecer pessoas e suas realidades de perto, coisas que, comumente, não seriam parte nem dos nossos pensamentos, tampouco dos olhos – que normalmente estão vidrados aos aprendizados e trocas puramente teóricos.

Os aprendizados e vivências que o estágio referido neste trabalho proporcionou são incontáveis e singulares. Mesmo que saibamos coisas sobre o que deve ser feito, dito, ou não, é indiscutível a impossibilidade de mantermo-nos imparciais, sem que nossos próprios valores, costumes e história interfiram na maneira em que agimos. Este, talvez, seja o grande dilema de um estágio de observação, porque só o silêncio já é dispositivo que intervém, e mesmo a presença física, por si só, já produz no outro a expectativa de algo que tenhamos a oferecer.

O Redução de Danos se apresenta como uma política pública que surgiu da emergência das calamidades sociais, visando produzir, dentro de todas as limitações, micro-revoluções, e é desse modo que a Psicologia tem de criar perspectiva. A partir disso, o Redução de Danos tem caráter contributivo na construção de autonomia da sociedade em geral, fugindo do caráter, estritamente, assistencialista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, M.R. Sobre a cartografia: percursos metodológicos. In: CORREA, M.R.; **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Cap.1, p.35-39.

NETO, M.O. **A cartografia inovadora: uma reflexão sobre a cartografia social – ciência ou arte?** – Disponível em http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Ozimo-Mendon%C3%A7a-Neto.pdf – acesso em: 01/10/2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

QUEIROZ, I.S. **Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932001000400002&script=sci_arttext – acesso em: 01/10/2013.